



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE

AVALIAÇÃO DE VIABILIDADE E DIAGNÓSTICO DE DESENVOLVIMENTO DE CUANGO

26 DE FEVEREIRO DE 2008

Esta publicação foi elaborada para revisão pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional. Foi preparada por Paul Temple, da Management Systems International.

AVALIAÇÃO DE VIABILIDADE E DIAGNÓSTICO DE DESENVOLVIMENTO DE CUANGO



Management Systems International
Corporate Offices

600 Water Street, SW
Washington, DC 20024

Contratado ao abrigo do GS-23F-8012, Pedido de tarefa 690-M-00-06-00137-00

Serviços de Apoio do Programa Angola

TERMO DE RESPONSABILIDADE

A opinião do autor expressa nesta publicação não reflecte necessariamente a opinião da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ou do Governo dos Estados Unidos.

CONTEÚDO

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	II
INTRODUÇÃO.....	1
METODOLOGIA E LIMITAÇÕES	2
Conclusão 1: As opiniões de agências relevantes do GRA são fundamentais para o sucesso ou fracasso eventuais de qualquer união SDM – USAID para actividades de desenvolvimento social no município de Cuango.....	2
HISTÓRICO	2
Conclusão 2: a Lei do Diamante foi elaborada para proteger os recursos naturais, mas ao fazê-lo, um grande número de residentes no município de Cuango é afectado de diversas formas. As restrições ao movimento, acesso a terra e ao negócio limitam efectivamente as opções disponíveis de subsistência.....	5
Conclusão 3: Acordos institucionais promovem mineração ilegal e roubo.....	5
SITUAÇÃO ACTUAL.....	6
Conclusão 4: O abandono das concessões industrialmente não rentáveis aumenta o risco de conflito por direitos dentro das antigas áreas de concessão.....	8
Conclusão 5: Esforços positivos da SDM em relação à consciencialização para o HIV/SIDA não têm sido correspondidos pelo serviço de saúde municipal.....	15
Conclusão 6: Actividades económicas de não-mineração existem na região, mas são limitadas.....	15
Conclusão 7: A iniciativa recente para descentralizar alguns dos orçamentos destinados ao desenvolvimento social do município é um passo útil, porém duvidoso, se os fundos reservados terão, por si só, um impacto significativo na comunidade local.....	16
Conclusão 8: Até outras (ou adicionais) fontes de segurança de propriedade e de pessoal serem fornecidas com confiança, a mineração artesanal legalizada e melhoria dos meios de subsistência que esta possa fornecer são improváveis.....	17
Conclusão 9: O desenvolvimento Municipal é uma solução parcial para as necessidades sociais e económicas de Cuango.....	18
Conclusão 10: A SDM e USAID têm opiniões algo inconsistentes em relação à natureza e âmbito de potenciais actividades conjuntas em Cuango.....	19
RECOMENDAÇÕES.....	19
Histórico da mineração de diamante.....	19
Actividades Contínuas	20
Actividades Futuras.....	20
escala de tempo	20
notas finais	21
ANEXO 1: ÂMBITO DO TRABALHO	22

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Avaliação de Viabilidade e Diagnóstico de Desenvolvimento de Cuango funciona como uma foto do desenvolvimento do município de Cuango, dando uma visão geral das condições da região. A mineração de Diamantes é um impulsionador económico no Vale de Cuango, no entanto o recurso traz poucos benefícios tangíveis em termos de serviços e desenvolvimento para a maioria da população. Entretanto, as leis que protegem o recurso têm um peso enorme no modo de vida dos residentes, controlando a movimentação de bens e das pessoas e restringindo o comércio e o acesso a terra.

Limitações tanto em relação ao tempo como ao acesso restringiram a profundidade deste estudo, que fica só pela superfície. É evidente que as províncias de Lunda têm uma posição especial em Angola e isso é vital para assegurar a inclusão e o comprometimento do Governo da República da Angola (GRA) antes da actividade dentro da região, um assunto que afecta directamente este estudo. Qualquer futuro acordo de trabalho dentro do município acontecerá em oposição aos antecedentes de mineração ilícitas e aos problemas associados a esta, já que o GRA ainda tem que descobrir uma solução para o dilema dos mineradores artesanais, ou garimpeiros¹. Embora a mineração artesanal de diamantes seja considerada ilegal, o governo opera uma larga rede de agentes compradores para “legalizar” a sua produção.

Há três concessões industriais para a mineração de diamante no município de Cuango, e a vida económica de duas delas é considerada limitada. Dada a restrição de oportunidades económicas de não-mineração, a mineração formal e informal mantém-se como principal modo de vida. No entanto, sem qualquer forma de trabalho estabelecida para regulamentar os mineradores artesanais, o risco de conflito por direitos de terra é real, já que as concessões se tornam não rentáveis para a indústria de mineração e tornam-se potencialmente abandonadas. A segurança e estabilidade futuras do município podem estar ameaçadas.

Os projectos empreendidos por empresas de mineração têm aumentado o nível dos serviços locais. A Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) S.A.R.L. comprometeu-se a realizar um número notável de projectos que têm impacto na comunidade ao redor dos seus locais de operação, mas o potencial para o encerramento de minas levanta questões sobre a sustentabilidade do futuro dos projetos. Como parte de qualquer plano de acção, o sistema de transferência para as autoridades locais é recomendado como objetivo urgente. O foco actual na educação e nas actividades geradoras de rendimento é um modelo mais sustentável, recomendando-se que qualquer actividade futura retenha este foco. Enquanto isso, as pressões sociais e legais atrasam o desenvolvimento dos meios de subsistência alternativos, especialmente na expansão agrícola. Estudos sobre ‘O que as comunidades identificam como barreiras ao desenvolvimento’ e ‘Oportunidades de Produção Agrícola’ são vistos como complementares para quaisquer planos futuros.

É desejável fortalecer a oferta de serviços e as capacidades da política de desenvolvimento do município de Cuango. A consciencialização para o HIV/SIDA tem sido promovida pela SDM e outras empresas de mineração, mas um comprometimento similar não foi mostrado pelos serviços de saúde do município. É provável que a actividade para o Desenvolvimento Municipal da USAID-SDM no município de Cuango, melhore significativamente a capacidade de decidir e de tratar de assuntos em andamento relativos à sustentabilidade das actividades para o desenvolvimento social da SDM e outros serviços públicos locais importantes.

No entanto, parece improvável que determinados aspectos da situação actual sejam tratados por uma actividade de desenvolvimento municipal típica, incluindo a necessidade de segurança de propriedade e pessoal nas concessões de mineração potencialmente abandonadas. Há uma necessidade premente de

¹ Descrição local para um Minerador artesanal de Aluvial de Diamante

identificar oportunidades de subsistência alternativas e de expansão económica para a grande maioria dos residentes municipais. Soluções para estes problemas grandes e muito sérios necessitarão de um compromisso de e por uma grande variedade de actores, incluindo especialmente os agentes do GRA responsáveis pela indústria de mineração de diamantes.

INTRODUÇÃO

As províncias de Lunda no nordeste da Angola têm sido as áreas de produção de diamantes predominantes no país, com depósitos aluviais e de kimberlito estabelecidos. No entanto, a riqueza de diamantes do país não tem propiciado grande prosperidade para os seus cidadãos e as Lundas produtoras de diamantes são lar das piores condições de vida e níveis mais altos de tensão civil do país. O Governo da República da Angola e a paraestatal de diamantes, Empresa Nacional de Diamantes de Angola E.P. (ENDIAMA) fundaram a *Fundação Brilhante* como braço social das operações de diamante do sector público com um mandato para a realização de projectos direccionados para a melhoria do bem-estar das pessoas residentes em áreas de produção de diamantes. Inversamente, a Lei do Diamante de 1994² continua a ter um impacto negativo junto dos cidadãos, em especial daqueles de Lunda-Norte, com limitações localizadas na área de acesso, controlo do comércio e da movimentação de bens, e restrições ao acesso a terra e sua utilização.

A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), em colaboração com o Ministério para Administração Territorial (MAT), iniciou um Programa de Desenvolvimento Municipal operando em várias áreas de Angola, incluindo as províncias de Lunda. Enquanto isso, a SDM encarregou-se de uma série de programas sociais ao redor de sua base operacional de Luzamba no município de Cuango, Lunda-Norte.

A USAID e SDM assinaram um Memorando de Entendimento (MOU) em 21 de Junho de 2007, no qual as duas partes concordaram efectuar várias actividades, com o intuito de construir uma parceria público-privada para implementar programas de desenvolvimento social na província de Lunda-Norte. O MOU é de duração limitada (quatro meses) e está centrado na realização do seguinte:

- (i) Conduzir um diagnóstico e avaliação viabilidade para o desenvolvimento e iniciativas governamentais em Lunda-Norte³;
- (ii) Desenvolver um workshop que centrará a discussão nos resultados dessa avaliação e que estabeleça princípios e ideias para programas futuros nas regiões;
- (iii) Identificar recursos individuais para financiamento e investimento em programas de desenvolvimento social;
- (iv) Fornecer informação sobre imagem empresarial, política de responsabilidade social empresarial, protecção ambiental e estabilidade financeira.

Embora o MOU destaque questões da província de Lunda-Norte, o foco da avaliação tem sido o município de Cuango, com a sua sede na cidade de Cuango Sede, perto da sede operacional da SDM em Luzamba.

O MOU também requer a preparação de um “Perfil Municipal”. O perfil - uma descrição detalhada de vários factos económicos, sociais e geográfico-físicos sobre o município de Cuango-, será preparado através de um processo altamente participativo pelo Workshop do Desenvolvimento com equipa e cidadãos do município de Cuango. O conteúdo desse perfil foi acordado com o Ministério do Planeamento e visa aumentar a capacidade do governo municipal em responder às inúmeras iniciativas e inquéritos do governo central.

² Lei da Assembleia Nacional No 16/94 de 7 de Outubro de 1994 junto ao Anexo 2

³ Para o SOW para a avaliação, ver Anexo 1

METODOLOGIA E LIMITAÇÕES

Uma equipa de duas pessoas da USAID viajou até Angola em 2-20 de Out. de 2007 para conduzir uma Avaliação de Desenvolvimento de Cuango através de reuniões preparatórias, de acompanhamento em Luanda e de pesquisa de campo no município de Cuango. A pesquisa de campo foi conduzida por uma equipa de oito pessoas da USAID-SDM no município de Cuango entre 9 e 15 de Outubro. Este relatório foi escrito por uma equipa de duas pessoas da USAID em Novembro e Dezembro de 2007. As principais metodologias usadas no estudo foram revisão de dados e entrevistas individuais, que iam ser conduzidas tanto em Luanda como no município de Cuango.

A equipa deu início às reuniões em Luanda⁴ durante a primeira semana (2-8 de Outubro) e viajou para o local da mina da SDM no começo da segunda semana (9-15 de Outubro). Durante a última semana em Luanda (16-20 Outubro), a equipa não conseguiu encontrar-se com alguns dos supostos funcionários do GRA. Portanto, a profundidade das descobertas mantém-se superficial. Não obstante, a equipe obteve conhecimentos suficientes para produzir um diagnóstico geral – consistindo numa revisão do material disponível e nas nossas breves conclusões em campo – para guiar futuras actividades.

Conclusão 1: As opiniões de agências relevantes do GRA são fundamentais para o sucesso ou fracasso eventuais de qualquer união SDM – USAID para actividades de desenvolvimento social no município de Cuango.

No mínimo, as agências relevantes do GRA incluem os Ministérios da Mineração e Geologia e Administração Territorial, ENDIAMA, *Fundação Brilhante*, e a Comissão Interministerial para a Protecção dos Recursos Diamantíferos (CIPRED). Embora talvez seja viável a realização de actividades conjuntas de desenvolvimento social sem uma grande consulta com estas agências governamentais, é provável que os impactos sejam minimamente confinados ao município alvo, com pequeno potencial de transformar práticas dominantes em áreas maiores de produção de diamantes. Portanto, incitamos a SDM e a USAID a consultar tais agências e incorporar as suas opiniões (quando apropriado) neste relatório.

HISTÓRICO

Em 2006, a Angola foi a quinta maior exportadora de diamantes em bruto por valor (sétimo por volume – quilates), exportando formalmente mais de 9 milhões de quilates num valor de mais de USD\$1.1 bilhão⁵ produzidos tanto de depósitos aluviais como de kimberlito. Ainda assim, para a economia angolana, a contribuição do setor de diamantes encolheu devido a grande receita vinda de petróleo e gás.

Os diamantes foram inicialmente descobertos na província de Lunda em 1912, seguidos de descobertas similares por toda a fronteira com o Congo Belga, além de se ter fundado uma empresa de prospecção para identificar depósitos diamantíferos. A Companhia de Diamantes de Angola (DIAMANG) foi fundada pelos poderes coloniais em 1917 para começar a extração comercial. Utilizando trabalho forçado, a empresa concluiu um contrato em 1921 com a administração colonial com direito a 50 anos de concessão para 395,650 metros quadrados e um fornecimento contínuo de trabalho angolano para remover manualmente a sobrecarga e quebrar e lavar as lascas de diamantes. Cleveland⁶ sugere que apesar da consternação internacional, tais práticas de trabalho mantiveram-se até a década de 1960. Com um fornecimento barato de trabalho constante, a empresa demorou a investir em equipamento pesado. No entanto, o trabalho barato não era substituto para trabalho eficiente. Ao contrário de outras operações de

⁴ Ver Anexo 3 – Agenda de Reuniões

⁵ Site de Cifras do Processo Kimberley – www.kimberleyprocess.com Ver Anexo 4

⁶ Cleveland T, University of Minnesota - <http://www.ces.columbia.edu/pub/papers/Cleveland.pdf>

mineração da época, a DIAMANG não investiu em habitação para trabalhadores, uma razão adicional para as altas taxas de ausência e deserção conhecidas. Controlar uma força de trabalho de mais de 25mil angolanos criou problemas à DIAMANG e à sua força de trabalho composta por 2.500 portugueses. O comércio ilegal de mantimentos somado ao roubo de suprimentos e diamantes pelos trabalhadores, prejudicou drasticamente a eficácia das operações.

A produção atingiu 2.4 milhões de quilates em 1971, quando o contrato de concessão original estava a expirar. Com 62 minas activas, a DIAMANG também possuía 56 equipas a explorar as suas áreas de concessão para determinar as secções de terra a manter como parte dos novos 30.000 metros quadrados de concessão que a DIAMANG teria autorização para manter. Mas, o relatório anual de 1974 reconheceu que com a possível independência da Angola, a empresa provavelmente não manteria as suas concessões sob a estrutura existente. As negociações começaram em 1975 com o novo governo MPLA, mas à medida que todos os 2.500 técnicos europeus deixaram o país, estimou-se que 50% da produção da DIAMANG estava a ser desviada pela força de trabalho restante⁷. A empresa não teve escolha a não ser suspender as actividades mineiras.

Embora os padrões internacionais tenham tido uma ligação com o mercado de exportação de diamantes de Angola, foi uma história mais antiga de produção ilícita de diamantes que veio fortalecer a lei da mineração actualmente em vigor, a qual tem um efeito directo nas vidas das pessoas de Lunda-Norte. Esforços anteriores para controlar a mineração ilícita em 1978 levaram à divisão da província de Lunda em regiões norte e sul para restringir a livre movimentação, mas um pequeno período de “paz” durante 1991 e 1992 foi marcado pela renovação da actividade mineira artesanal ilícita em larga escala. A nova legislação sobre mineração em 1991 permitiu uma possessão mais ampla e formas de pagamento feitas a partir de diamantes em bruto; assim, uma grande quantidade de pessoas de várias nacionalidades ‘invadiram’ os campos de diamantes de Lunda. O estabelecimento de escritórios de compra do governo em Lundas criou um canal oficial para os diamantes extraídos ilicitamente. Dietrich⁸ diz que “foi durante esse período que a mineração ilícita de diamantes se tornou um pilar estabelecido à sombra da economia angolana”. Em resposta, o GRA promulgou a Lei do Diamante de Outubro de 1994, revogando a legislação anterior de 1991. A lei de 1994 permanece em vigor no momento.

O prefácio da lei de 1994 identifica a existência de um aumento de exploração ilegal e roubo de diamantes e estabelece que somente a ENDIAMA, ou empreendimentos em conjunto com ela, poderiam deter os direitos de mineração de diamantes. Observando “a falsa impressão de que a circulação das pessoas e bens seja totalmente livre por todo o território angolano,” a lei diz que as mudanças “resultarão em benefícios para a Nação em geral, e particularmente para a população das Lundas.” Porém, com a grande quantidade de depósitos de diamantes que existe nas Lundas, o governo considerou todo o território da Lunda-Norte e da Lunda-Sul como ‘área de reserva’ e, a partir da lei, impôs um controlo severo no movimento das pessoas e de bens e nas actividades económicas. As restrições aplicadas à mineração artesanal foram rigorosas. De acordo com a Parceria África-Canadá (PAC),⁹ não foram designadas nenhuma áreas artesanais e não foram emitidas licenças, proibindo eficazmente todo o trabalho artesanal de diamantes.

Em 1998, a extração de diamantes em bruto em Angola tornou-se infame internacionalmente como ‘conflito de diamantes’, no seguimento de um relatório feito pela Global Witness. A informação de que a UNITA (União Nacional para a Total Independência da Angola) estava a negociar diamantes para

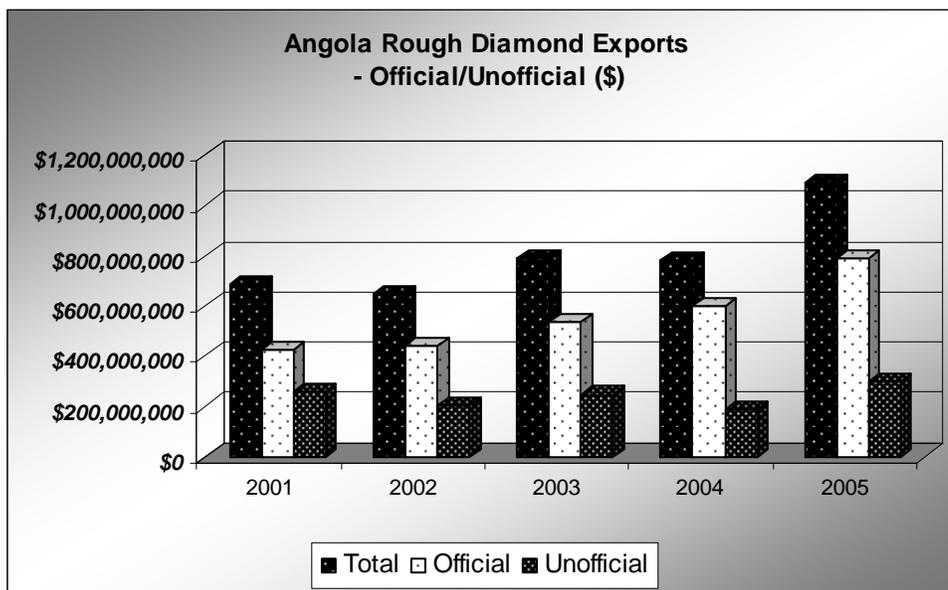
⁷ Bureau of Mines – Mineral Yearbook 1975, <http://digicoll.library.wisc.edu/cgi-bin/EcoNatRes/EcoNatRes-idx?type=turn&entity=EcoNatRes.MinYB1975v3.p0112&isize=text>

⁸ Cilliers J, Dietrich C, ‘Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds’, Instituto para Estudos de Segurança, Pretória, África do Sul, 2000

⁹ *Diamond Industry Annual Review: Republic of Angola 2007*, Parceria África Canadá, 2007

financiar a sua rebelião, trouxe os conceitos de transparência e governação para o centro da indústria do diamante. Imediatamente após as sanções das Nações Unidas no mercado de diamantes em bruto angolano (e da Serra Leoa), estabeleceu-se um sistema de certificação da origem no ponto de exportação. O sistema viria a ser mais tarde o Esquema do Processo de Certificação Kimberley que estabelece padrões mínimos no comércio de diamantes e de produção dos estados-membros.

GRÁFICO 1: EXPORTAÇÃO DE DIAMANTE EM BRUTO DE ANGOLA



Fonte: ENDIAMA

Nos últimos anos, a produção de diamantes aumentou drasticamente devido à restituição do controlo de maiores áreas de produção de diamantes e à introdução de um sistema de mercado de diamantes mais eficiente¹⁰, segundo Even-Zohar. O controlo eficaz das minerações ilícitas foi considerado, pelo governo, como prioridade para a credibilidade do seu cumprimento com o esquema de certificação de exportação. “Nesse aspecto, Angola está a tornar-se um caso-teste para controlar a compra e a mineração ilícita e, se isso puder ser feito, a experiência será repetida em outros lugares de África”, observou o Dr. Mankenda Ambroise em 2002, quando era Director Nacional de Minas¹¹. No entanto, 5 anos depois, o desafio permanece. No seu novo cargo do Ministério da Geologia e Minas, o Dr. Mankenda Ambroise informou os autores do estabelecimento de uma comissão presidencial, CIPRED, que devotará tempo considerável ao assunto dos *garimpeiros* e da sua produção não-oficial.

A lei de 1994 também fechou postos independentes de compras de diamantes. Com os anos, uma série de processos centralizados de compra foram postos em prática. Actualmente, todo o negócio de diamantes em bruto está a cargo da subsidiária da ENDIAMA (Empresa Nacional de Diamantes de Angola E.P.), a SODIAM (Diamond Commercialization Society of Angola). A produção das minas e das joint-ventures da ENDIAMA é negociada directamente com a SODIAM em Luanda. Uma série de contratos licencia outros compradores estrangeiros de diamantes em bruto, tais como a ASCORP (Leviy) e LKI (Lazare Kaplan International), para trazer diamantes produzidos dentro do mercado informal (compradores licenciados a fazer aquisições a mineiros não-licenciados) para o canal de exportação reconhecido. O

¹⁰ Even-Zohar C., *From Mine to Mistress*, Mining Journal Books Ltd, Edenbridge, 2002

¹¹ Dr. Mankenda Ambroise, ‘An Overview on Business Opportunities in Investing in Angolan Mineral Development’, um trabalho apresentado em Indaba 2002, Cidade do Cabo, África do Sul, 14 de Fevereiro de 2002.

gráfico 1 mostra o aumento da produção total, como observado por Even-Zohar, mas também ilustra a presença contínua da produção ‘não-oficial’ (sem licença) de diamantes. Em 2005, as exportações da produção não-oficial foram responsáveis por mais de 27% do total das exportações (mais de USD\$1 bilhão). Com USD\$296 milhões, o mercado não-oficial atingiu mais de dois terços do total oficial das exportações de diamantes em bruto da República Democrática do Congo.

O que tornou as regiões de Lunda tão atraentes foi a alta predominância de gemas de diamantes. Dietrich relata que, enquanto os diamantes do tubo de kimberlito de Catoca são 35% gema, 15% quase gema e 50% industrial, os resultados do Vale de Cuango têm sido analisados como 90% gema, 7% quase gema e 3% industrial. Esses resultados do Vale de Cuango podem não ser tão precisos hoje, já que as áreas se tornam ‘trabalhadas’. Mesmo com a baixa quantidade de diamantes kimberlito, os tubos kimberlito podem fornecer uma mineração mais lucrativa, porém requerem entrada substancial de capital para exploração.

Conclusão 2: a Lei do Diamante foi elaborada para proteger os recursos naturais, mas ao fazê-lo, um grande número de residentes no município de Cuango é afectado de diversas formas. As restrições ao movimento, acesso a terra e ao negócio limitam efectivamente as opções disponíveis de subsistência

As empresas de mineração oferecem a primeira alternativa de subsistência, com aumento dramático de números de empregados desde a guerra. No entanto, essas oportunidades permanecem limitadas se comparadas com o tamanho da população. Com muitas posições de mão de obra especializada e de segurança ocupadas por pessoal de fora da região, alguns dos residentes locais são forçados a ir para as cidades maiores à procura de emprego com salários mais baixos. No entanto, muitos procuram subsistência a partir da mineração artesanal de diamantes. Sem uma estrutura eficaz para acomodar este tipo de trabalho, os indivíduos são forçados a trabalhar à margem da lei. Operar numa ‘economia clandestina’ cria problemas para os mineiros que estão à mercê das forças de segurança quando tentam negociar a sua produção não-oficial num mercado centralmente controlado.

Conclusão 3: Acordos institucionais promovem mineração ilegal e roubo

Apesar das contínuas declarações do Governo de que está a trabalhar para trazer a mineração ilícita para dentro do sistema oficial, não se nota grande progresso. Num workshop recente com o Governo, foi pedido às concessionárias para porem de lado terra para os mineiros artesãos. No entanto, o controlo da produção e a segurança das operações seriam de responsabilidade das concessionárias. Este tipo de situação sobrecarrega a concessão com a gestão do sector artesão. Uma situação dificilmente sustentável, especialmente porque as concessões deveriam terminar. Sem uma estrutura de operação legal para essa parte do sector de diamantes, o GRA corre o risco de ser pressionado pelo Processo Kimberley para “colocar a casa na ordem”.

A SODIAM, como o único canal para a exportação da produção de diamantes em bruto angolanos, autoriza empresas a adquirirem a produção do sector “não-oficial” através de uma série de contratos de licença. Permanece o enigma de como os mineiros podem vender abertamente, a casas de compra registadas estatalmente, a produção que não têm direito legalmente a produzir.

Muitas das casas de compra estabelecidas não são as detentoras principais do contrato e são, portanto, obrigadas a vender sob comissão ou com margem de lucro aos agentes principais. A sua estratégia é aumentar o fluxo de diamantes através dos seus estabelecimentos e proteger a sua margem ao comprar abaixo das taxas de mercado. Assim, é provável que o patrocínio ou a integração vertical exista entre esses escritórios e os mineradores, para aumentar a influência e o fluxo de diamantes.

A protecção da margem dos compradores ficou mais fácil, pois os mineiros artesãos estão a operar à margem da lei e terão de aceitar o preço oferecido. O preço é enfraquecido quando o patrocínio é oferecido. Preços fracos num mercado monopolista criam um incentivo para os mineiros roubarem.

SITUAÇÃO ACTUAL

Descrição do Município de Cuango

O município de Cuango engloba uma área geográfica de 4.000 km² na província de Lunda-Norte. Há três grandes cidades no município, localizadas ao longo do Vale Rio Cuango: Cuango Sede, Cafunfo e Luremo. A cidade de Cuango Sede, onde se encontra a administração municipal, tem uma população estimada em aproximadamente 24.000 pessoas, em Cafunfo estimam-se 100.000 e, em Luremo, 16.800. Vizinhos das operações de minerações da SDM, nos arredores de Cuango Sede, estão os dois povoados de Balabala e Camarianga, com talvez 20.000 habitantes mais.

Luremo, onde se encontra a única Comuna¹² do Governo do município de Cuango, está localizado a 30 km ao norte de Cafunfo (80 km ao norte de Cuango Sede). Há pouca actividade comercial em Luremo. Uma operação relativamente nova de mineração aluvial de diamantes, Luminas, está localizada a uma pequena distância de Luremo.

Cafunfo, um centro comercial activo de rápido crescimento económico, está localizado a 50 km ao norte de Cuango Sede. A sua população está estimada em aproximadamente 100.000 pessoas. A compra de diamantes é a maior actividade comercial de Cafunfo. O consagrado Banco BIC serve o sector de diamantes, fornecendo dinheiro às casas de compra de diamantes e às contas dos trabalhadores da empresa de investimento em mineração. O banco também opera um empréstimo local de aproximadamente US \$8 milhões, geralmente para negociantes. Recentemente, um segundo banco foi aberto. Apesar da sede da Administração Municipal estar em Cuango Sede, o único hospital do município está em Cafunfo. Cafunfo tem dois quilómetros de faixa de terra de cascalho, recebendo vôos comerciais de Luanda diversas vezes por semana. Esses vôos actualmente totalizam cerca de 70 a 85 por mês, nos quais transitam em torno de 1500 passageiros que entram e saem de Cafunfo mensalmente e em torno de 125 a 140 toneladas de carga. Quase toda a carga destina-se à Cafunfo. Muito pouca da carga vai para fora, mas o dinheiro, por outro lado, sai. O Banco BIC repatria para Luanda o equivalente a US \$5 milhões em kwanzas angolanos a cada mês, enquanto Cafunfo abriga inúmeras lojas de '5%', o método de transferência de dinheiro para a RDC.

As duas concessões da SDM e da ITM (localizadas imediatamente ao norte da concessão da SDM) ocupam o Vale do Rio Cuango, entre Cuango Sede e Cafunfo. Com um terço da concessão de Luminas, essas concessões de mineração de diamantes dominam as actividades económicas no município de Cuango. As suas áreas de concessão (3000 km² cada) ocupam uma vasta proporção da terra disponível dentro do município de Cuango. Ainda assim, essas áreas são restritas, de acordo com a Lei de 1994. Isso restringe a movimentação das pessoas, bens e actividades económicas (ver Anexo 1, capítulo 5); a equipa serrou postos de controle de acesso restrito para as áreas de concessão. Entretanto, existem estradas públicas fora das áreas de concessão e muitos residentes vivem da agricultura de subsistência, com uma percentagem desconhecida de homens a trabalhar, em pequena escala, na mineração ilícita de diamantes.

¹² Comuna – o nível administrativo abaixo da Sede da Administração Municipal

Descrição da Administração de Cuango

A Administração Municipal é dirigida por um Administrador. Até recentemente, o Governador da província de Lunda-Norte nomeava o Administrador, mas um decreto promulgado no início de 2007 possibilitou que futuros Administradores Municipais fossem nomeados pelo Ministro da Administração Territorial. O Administrador do município de Cuango, Paolo Passos, tem a responsabilidade por uma grande gama de serviços públicos locais, incluindo serviços de saúde, educação pública, saneamento público, água potável, planeamento rural e urbano, policiamento das ruas e manutenção das estradas, e regulamentação geral do sector privado e das actividades dos cidadãos.

Apesar da riqueza de diamantes da área, os serviços públicos municipais estão muito limitados, devido à ausência de fundos discricionários e à falta de pessoal qualificado. Soluções graduais para ambas estas grandes limitações são antevistas pelo governo central. Cuango é um dos municípios “piloto” que recebeu autoridade orçamental e receberá transferências das receitas do governo central: U\$300.000 para o último trimestre de 2007 e U\$5.000.000 para o ano de 2008. Foram estabelecidas qualificações mínimas por lei para o pessoal municipal e programas de formação do sector público foram expandidos para fornecer as competências necessárias. Com grande parte da receita – em especial, os rendimentos dos diamantes – cobrada centralmente, as limitações actuais nas capacidades municipais continuarão e os governos provinciais permanecerão profundamente envolvidos na provisão de serviços municipais.

A Administração da única Comuna do município de Cuango, localizada em Luremo, é dirigida por João Bernardo. O Sr. Bernardo foi Administrador da Comuna por somente dois anos. Anteriormente, trabalhou como engenheiro de minas. O Sr. Bernardo tinha uma cópia da lei 02/07 à sua frente quando conversámos e estava, obviamente, familiarizado com o seu conteúdo. Ele congratula-se com as mudanças trazidas pela lei e projecta um sentido de competência e confiança nas suas respostas às questões feitas. Reconhece que a descentralização em andamento no governo de Angola traz novos desafios para as administrações da Comuna e Municipal mas sente-se confiante qe será apoiado com a formação e recursos oferecidos pelo Governo central.

Aproximadamente 6 membros do pessoal da Comuna foram apresentados no início da entrevista com o Sr. Bernardo. A sua equipae consiste num Assistente do Administrador, dois Chefes de Gabinete, um Comandante da Polícia e três directores de “sectores técnicos”. Os três sectores técnicos são os Serviços para a Comunidade, Inspecção e Regulamentação, e Serviços Sociais. Os Serviços para a Comunidade incluem provisões de cemitérios e mercados. A Inspecção e Regulamentação (*Fiscalização*) incluem planeamento, licenciamento e outros serviços regulamentares. Os Serviços Sociais incluem a maior parte dos serviços públicos que se possa esperar: Educação, Saúde, Mulheres, Juventude, Urbanismo, Correios, Comércio e outros.

Tanto a Administração Municipal como a Comuna dão a impressão de lhes terem sido atribuídas mais responsabilidades do que podem, de facto, implantar. Ou seja, veículos, instalações, mão-de-obra e maquinaria, para os quais esperaríamos envolvimento na produção de um serviço eficiente não estavam facilmente disponíveis. No entanto, havia uma sensação entre os supervisores de que se espera que eles melhorem os serviços de provisões. Esses supervisores entenderam boa parte das dificuldades encontradas e procuraram apontar soluções para alguns dos problemas com que se depararam. A equipa teve a impressão de que havia um esforço real e disciplinado para melhorar os serviços locais.

Sociedade de Desenvolvimento Mineiro (SDM) S.A.R.L.

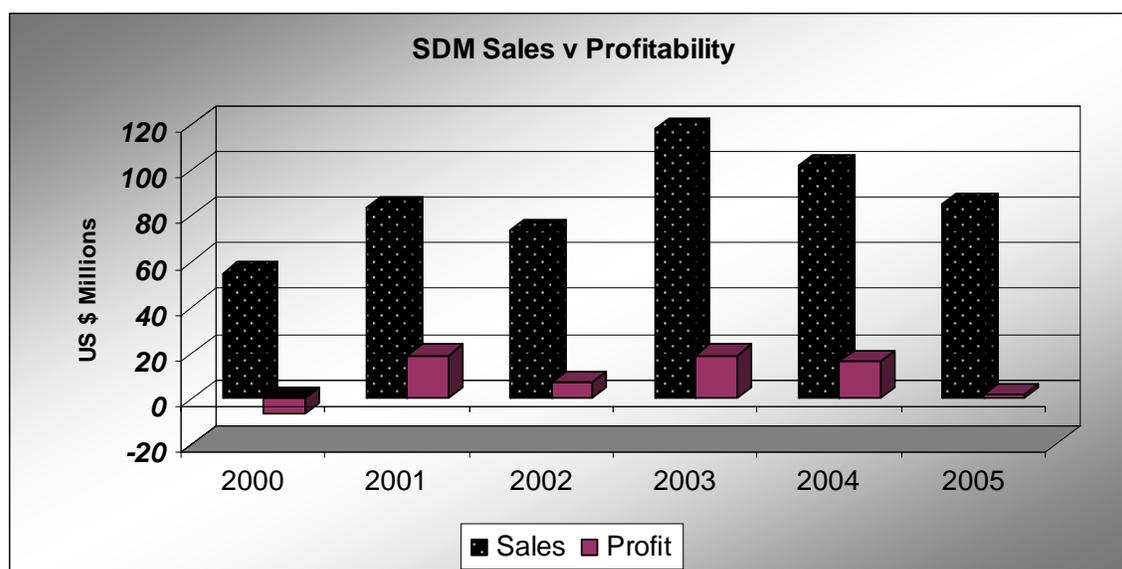
Fundada em 1995, a SDM é uma parceria igualitária entre a ENDIAMA e a Odebrecht Mining Services Inc. (OMSI), a mineradora subsidiária da Construtora Brasileira Norberto Odebrecht S.A. A empresa opera uma concessão de mineração aluvial de diamantes na bacia do Rio Cuango na província de Lunda-Norte desde 1997. Actualmente, a SDM e a ENDIAMA também dividem a responsabilidade do Conselho

de Administração. Enquanto a SDM fornece o Presidente, que também actua como Gerente Geral, e o Director de Operações, a ENDIAMA preenche os cargos de Finanças e Geologia.

A SDM assumiu as antigas operações da Odebrecht estabelecidas em Luzamba e abandonadas em 1992, devido ao aumento de hostilidades. O custo para redesenvolver a mina foi estimado em U\$130 milhões¹³. Durante o período inicial da ocupação da SDM, as operações foram prejudicadas pela guerra contínua, com todo o fornecimento vindo de Luanda. Através de um decreto do GRA, a concessão original de aproximadamente 80.000 km² foi reduzida para os actuais 3000 km² em 2000¹⁴.

O relatório da empresa de 2004 para os accionistas, avisava que as reservas das minas economicamente viáveis se esgotariam em 2006. Embora, a mineração continue a operar, a longevidade da operação das minas em torno de Luzamba está em questão. A produção está, mais uma vez, a aumentar, mas o grau está a diminuir, e, apesar dos custos estarem a ser reduzidos, provavelmente chegará o momento de encerramento, anterior a qualquer prontidão operacional em locais adicionais potenciais localizados em Muanga e Caculo.

GRÁFICO 2: SDM VENDAS BRUTAS E LUCRO LÍQUIDO (2000 – 2005)



Fonte: SDM Relatórios Anuais

Conclusão 4: O abandono das concessões industrialmente não rentáveis aumenta o risco de conflito por direitos dentro das antigas áreas de concessão.

Existem preocupações profundas a respeito da cessão iminente da mineração industrial dentro do município. Potencialmente, duas dessas três empresas de mineração de diamantes dentro do município poderão retirar-se das suas concessões dentro de um curto período. Embora muitos integrantes da equipa técnica tenham sido importados para o município de Cuango de outras áreas, e regressem provavelmente com a cessão das actividades mineradoras, uma grande parte dos trabalhadores de minas são empregados localmente e podem perder as suas formas de subsistência com o encerramento.

No entanto, com os diamantes ainda a permanecer nas terras de concessão, o potencial para um conflito seria significativo. Um possível cenário envolveria o conflito entre nativos e imigrantes Congolese (e

¹³ *Diamond Industry Annual Review: Republic of Angola*, Sociedade África Canadá, Julho 2004

¹⁴ Decreto No 7-B/00 de 11 de Fevereiro de 2000

outros) pelos direitos à mineração artesanal, na medida em que mais pessoas são trazidas para a área devido às oportunidades de mineração. Outros conflitos também são prováveis. Esforços pró-ativos para prever e lidar com problemas potenciais, incluindo o estabelecimento de um mecanismo de licença artesanal em pequena escala seriam altamente benéfico. Embora a opinião local seja de que os mineradores artesãos trarão consigo o caos, não há indícios de outro sistema além da dependência actual na segurança das concessões para lidar com este problema.

Actividades de Apoio Social da SDM

Com uma mudança de pessoal e um ano lucrativo, a empresa embarcou numa série de actividades sociais que tiveram início em 2004. As actividades chave centraram-se na Educação e Saúde. Foram construídas escolas e fornecidos material e energia. Água potável foi fornecida a escolas e comunidades próximas. A dieta foi reforçada com a produção de leite de soja e a sua distribuição diária às crianças locais que frequentam as escolas. A vacinação de crianças locais e testes voluntários para HIV/AIDS estão a ser realizados pela clínica da empresa, enquanto kits compostos com redes para protecção de cama estão a ser distribuídos para combater a malária.



A cooperativa das mulheres mostra seu trabalho.

Ultimamente, há um movimento notável de oferta de assistência em pequena escala para geração de competências e rendimento. Foram oferecidas ferramentas aos agricultores locais, redes aos pescadores e apoio a uma cooperativa local de mulheres que produz e comercializa vestuário e roupa de cama e mesa decorativa. Os programas de educação incluem aulas de literacia para adultos e tecnologia da informação (TI) para escolas; por exemplo, os computadores fornecidos foram ligados às instalações de TI da empresa.

Nas discussões limitadas que a equipa teve com os beneficiários, todos receberam entusiasticamente estas iniciativas. Embora algumas tenham tido

menos sucesso, o investimento significativo em educação através da construção de escolas e do fornecimento de água potável e leite de soja teve um impacto mensurável na percentagem de crianças que frequenta a escola. Contudo, muitos dos projectos, em especial na saúde e no fornecimento de água potável e leite de soja, estão unicamente dependentes da presença contínua da empresa.

Centro de Saúde SDM¹⁵

Em SDM-Luzamba, o centro de saúde normalmente tem um médico a atender os pacientes. Em Outubro de 2007, a clínica oferecia serviços predominantemente a trabalhadores e alguns familiares próximos. Dois médicos poderiam trabalhar ao mesmo tempo, mas não é a norma. O centro tem cinco enfermeiras de nível médio de formação e duas de baixo nível de formação, três técnicos de laboratório, 1 técnico de Raio-X e três funcionárias da limpeza. O centro está equipado com duas salas de exame e oito camas. Podem ser admitidos até oito pacientes no posto de saúde para pernoitar. O posto de saúde tem uma ambulância.

¹⁵ Os autores gostariam de agradecer a contribuição do Sr. John Janeski em fornecer conhecimento e pesquisa valiosos em questões relacionadas com os Cuidados de Saúde

O médico atende os pacientes de segunda a sexta-feira, das 7:30 as 12:00. Aos sábados e domingos, o médico atende pacientes de urgência. De acordo com o médico, mulheres grávidas são encorajadas a darem à luz no centro de saúde. Quando é necessário uma cesariana, as mulheres são levadas de avião para Luanda ou transportadas para Cafunfo pela SDM. O laboratório é descrito como bem equipado pelos padrões nacionais e melhor que o laboratório provincial em Dundo, a capital da província. Nunca há falta de material.

HIV/SIDA

O programa de HIV/SIDA em SDM-Luzamba recebeu orientação do programa de HIV/SIDA da Odebrecht. O técnico de raio-X do centro de saúde é responsável pelo programa. Uma sala particular foi dedicada ao aconselhamento dentro do centro de saúde. Um técnico de laboratório e uma enfermeira também foram formados e têm responsabilidade parcial em aconselhar e fazer exames. As mulheres grávidas que chegam ao centro de saúde e as pacientes que mostram sinais de infecção por HIV são encorajadas a fazer um teste de HIV. Todos os testes de HIV na instalação são gratuitos. Em teoria, até mesmo pessoas não associadas à SDM podem chegar ao recinto em Luzamba e serem atendidas pelo médico para um exame gratuito de HIV; no entanto, isso raramente acontece. De acordo com o médico, a maior parte das pessoas que procuram o teste por si próprias são jovens contratados da SDM. Poucos empregados a morar na comunidade local procuram fazer o teste. Parece que a comunidade não procura activamente o teste para HIV da SDM. O programa de HIV/SIDA da Odebrecht formou os educadores de HIV/SIDA da comunidade na área de Cuango Sede. Entre os participantes incluem-se sobas e jovens, que receberam aconselhamento e exames.

Vacinação

A SDM fornece vacinação de rotina às crianças de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde. A empresa fornece assistência através de pessoal, transporte e almoços para o programa de vacina nacional (PAV) durante os dias de imunização nacional. O pessoal tem ajudado com propaganda para a campanha e entrega de vacinas.

Doença hemorrágica

O médico relata que o centro está equipado e preparado para o caso de doença hemorrágica altamente contagiosa. A SDM, as clínicas locais particulares e as autoridades locais de saúde estão a coordenar esforços para se prepararem para um caso de doença hemorrágica. As comunidades têm recebido formação para ajudar a identificar casos potenciais e saber como agir. Sobas e jovens têm recebido informações, inclusive, por exemplo, sobre como identificar um caso de doença de Marburg. De acordo com o médico, a comunidade foi instruída a notificar o município (policia, administração, etc.). A SDM deve, então, ser notificada e o médico da SDM visitará o paciente tomando medidas de biosegurança. Se o caso for confirmado como altamente contagioso, a SDM dará assistência às autoridades locais na transferência do paciente para o centro de saúde de Cuango Sede.

Comparações na Educação

Apesar da brevidade da pesquisa, alguns dados comparativos estão disponíveis para Luremo e Cuango Sede. Com populações escolares semelhantes, Luremo relatou que somente pouco mais de 40% vão à escola (3746 de 8700), enquanto que em Cuango Sede, a frequência é pouco acima dos 50% (4864 de 9055). As razões dadas para esta diferença são o aumento de instalações e fornecimento de leite às crianças em Cuango Sede. Enquanto isso, a comparação entre as instalações de Luremo, Cuango Sede e Cafunfo mostraram uma disparidade bem visível. As escolas em Cuango Sede e Luremo eram mais modernas e com uma melhor manutenção do que as de Cafunfo. Embora estejam disponíveis dados

educacionais limitados, uma grande escola de ensino secundário foi construída recentemente em Cafunfo, dizem que para preencher a falta de disponibilidade de qualidade na educação dada.

Em Luremo, não há escola secundária. Actualmente, os estudantes que completam a escola primária em Luremo vão para a cidade de Cafunfo, ou outras cidades para os estudos secundários. A escola primária de Luremo tem fornecimento de água por um tanque cedido pela empresa de mineração de diamantes locais, a Luminas. Dos 948 estudantes matriculados na escola primária, 28% (266) são meninas. Um total de 3.746 estudantes está matriculado no distrito. Aproximadamente 5000 outras crianças, em idade escolar, não estão matriculadas.



Escola Secundária de Cafunfo

Sala de aula de Luremo

Além da escola primária na cidade, o distrito tem mais 20 postos escolares. Treze deles estão localizados em igrejas. Os postos restantes localizam-se em prédios escolares do governo. Vinte e dois professores são empregados pela escola central. Cada posto escolar tem 2 professores mas, somente quatro (8%) dos 50 professores empregados pelo distrito são mulheres. Há, actualmente, 13.35 professores para 1000 estudantes no distrito. Se todas as crianças elegíveis a morar no distrito (aproximadamente 8,746) estivessem matriculadas na escola, haveria 5.9 professores para 1000 estudantes.

Especialmente notável em Luremo foi a divisão da população que apoia a demografia nacional. Uma alta percentagem da população rural está em idade escolar e, uma vez completada a educação local, os jovens mudam-se à procura de emprego ou para continuar a sua educação.

Comparações na Saúde

As instalações do Governo no município de Cuango que forneciam serviços de saúde em Outubro de 2007, incluíam um centro de saúde na cidade de Cuango, um posto de saúde nas cidades de Luremo (4 camas) e Balabala (uma cama), e um hospital na cidade de Cafunfo.

O hospital de Cafunfo tem 120 camas e serve, não-oficialmente, o hospital municipal e o departamento de saúde pública municipal. O hospital consiste numa maternidade, num departamento pediátrico, serviço de medicina interna, fisioterapia, raio-X, saúde pública, programa de vacina, sala de urgência, morgue (não está em funcionamento), serviço ambulatorio, doenças infecciosas (p.ex.. TB), recursos humanos, contabilidade, lavandaria e cozinha (não está em funcionamento).

Actualmente, o município de Cuango não tem um Director de Saúde em funções. O Director do Hospital de Cafunfo mantém as responsabilidades do Director de Saúde. Há um administrador de hospital abaixo do director. Quatro médicos vietnamitas contratados pelo Governo de Angola trabalharam anteriormente no hospital. Destes, um era ginecologista e o outro cirurgião. Um pediatra e um ortopedista deixaram o hospital devido à falha em renovar os contratos pelo GRA. Além dos médicos, há um fisioterapeuta com alto nível de educação. O nível seguinte de pessoal altamente qualificado inclui três enfermeiras, um farmacêutico e dois técnicos de laboratório com nível médio de formação. Cinquenta e quatro técnicos com qualificações básicas de enfermagem estão distribuídos pelas áreas do hospital. O pessoal restante do hospital inclui 3 secretárias, 22 funcionárias da limpeza, 3 funcionárias da lavandaria, 4 cozinheiros, 1 agente funerário (cuida dos mortos, mas não é da morgue). O hospital tem uma ambulância.

Cafunfo tem 68 postos de saúde particulares fora do sistema público. Alguns dos 79 farmacêuticos registados pertencem a estes postos de saúde. Alguns postos têm laboratórios. Cada posto de saúde é independente e auto-suficiente, de acordo com o administrador do hospital.

Casos de emergência médica que não possam ser tratados pela Clínica da SDM, pelo Centro de Saúde de Cuango Sede e pelo Posto de Saúde de Luremo são enviados para o Hospital de Cafunfo. O hospital também recebe casos de urgência dos municípios de Xanuteba, Capenda-Camulemba, e Caumbula. Por exemplo, pacientes a necessitar de cirurgia que não possa ser efectuada noutras instalações ou municípios, procuram os serviços no Hospital de Cafunfo.

Medicamentos

O governo inspecciona as farmácias regularmente para monitorizar datas, origem e armazenamento de medicamentos. As farmácias não registadas no município e aquelas com armazenamento inadequado (falta de ou refrigeração pobre) são fechadas pelas autoridades. A origem dos medicamentos não é considerada quando se avalia a qualidade. A farmácia localizada a poucos metros do hospital tinha um tipo de medicação disponível para malária à venda, cuja data não tinha expirado. Esse remédio (Amodiquina) vem da Índia, como indicado na embalagem. Três tabletes suficientes para o tratamento da malária, de acordo com a farmácia, custavam 50 kwanza (menos do que US\$1.00).

Vigilância Epidemiológica

São recolhidos dados dos postos de saúde, do centro de saúde de Cuango Sede, de três empresas de mineração de diamantes, de centros de saúde particulares e dos postos de saúde missão “caritas”, semanalmente. Esses dados são compilados em Cafunfo e enviados para Dundo, para a sede provincial. Os dados são compilados pelo departamento de saúde pública em Dundo e enviados para Luanda, semanalmente.

Prioridades

De acordo com o administrador, as maiores necessidades do hospital e da cidade incluem veículos, médicos e enfermeiras para trabalhar fora da cidade e dar o apoio necessário e cuidados aos pacientes vindos de outros municípios.

O gerente do laboratório, João Antonio José, declara que o laboratório tem uma constante necessidade de reagentes para testes laboratoriais. Há algumas brechas no mecanismo de pedido entre o hospital, Dundo e Luanda. O laboratório também recebe duas visitas de Luanda por formadores de técnicos de laboratório. As visitas são vistas como dispensáveis, já que não há reagentes disponíveis para o trabalho e as viagens duram somente uma semana. Tanto o gerente do laboratório como o administrador descreveram a desconexão entre a realidade das necessidades do hospital e o apoio que recebem a nível nacional.

As transfusões de sangue foram suspensas por quatro dias como resultado da falta de testes para HIV. Os pacientes que necessitam de transfusão são na maioria crianças com anemia, malária e outras doenças.

Actividade das ONG

Cafunfo passou pela experiência de um surto de cólera de oito meses de duração em 2006. Os Médicos Sem Fronteiras (Medecins sans Frontiers - MSF) forneceram ajuda aos hospitais durante esse período para atender às necessidades da comunidade associadas ao aumento da sobrecarga da doença durante o surto. O Governo de Angola disponibilizou alguma formação e apoio logo após a saída dos MSF. Actualmente, há uma ONG a oferecer medicamentos relacionado com o tratamento da cólera. Em 2006, a UNICEF promoveu duas campanhas contra o sarampo no município. Para além da entrega dos remédios, outros produtos de saúde, incluindo redes anti-mosquitos, foram distribuídos a 9000 crianças com menos de cinco anos. Cinco mil redes anti-mosquitos foram distribuídas a mulheres grávidas e crianças com menos de cinco anos em 2007. Um novo programa nacional de cegueira fluvial forneceu tratamento e prevenção a algumas comunidades no município em 2006. Não houve planos para repetir essa campanha anual em 2007 no município. A Cruz Vermelha está a trabalhar no programa de implantação de mina terrestre na área. Não há outras ONG na área da saúde a trabalhar em coordenação com o hospital.

Saúde Pública

O director das actividades de saúde pública do município encontra-se no Hospital de Cafunfo. Todas as campanhas de vacinação, iniciativas contra a malária, vigilância epidemiológica e controlo de doenças infecciosas na comunidade partem de seu gabinete. Cada área tem um director. Cinco mobilizadores da comunidade estão a levar a cabo quaisquer actividades relacionadas com a saúde pública na comunidade. Exemplos de actividades incluem mobilizar sobas e jovens. O departamento de saúde pública tem somente um veículo que se encontra actualmente fora de funcionamento.

HIV/SIDA

Pouco tem sido feito na área da prevenção, aconselhamento e tratamento de HIV/SIDA. O único exame para HIV realizado é apenas para transfusões de sangue. Aproximadamente 200 a 300 exames foram realizados desde o início dos testes, há dois ou três anos atrás. Nenhum aconselhamento ou exame para HIV/SIDA tinha sido feito antes. Não há espaço físico adequado identificado para esforços de aconselhamento ou prevenção. O Município de Cuango foi incluído na estratégia do Instituto Nacional HIV/SIDA e parece que o Hospital de Cafunfo é o ponto focal para a implantação da estratégia a nível municipal. Representantes do hospital participaram em duas acções de formação em Março de 2007; uma em Luanda e outra em Dundo. Estes encontros serviram como uma primeira exposição do Hospital de Cafunfo para a Estratégia Nacional. Material e kits de exame têm sido fornecidos ao hospital pelo Instituto.

Nenhuma actividade para HIV/AIDS (exames, prevenção e tratamento) está a ter lugar no hospital ou na infra-estrutura de saúde pública do Município de Cuango, apesar da disponibilidade de recursos. O facto deve-se à ausência de um director médico. O hospital foi instruído para aguardar pela implantação de qualquer actividade até que um director seja instalado. Não apenas o programa de implantação para HIV/SIDA foi interrompido, como também a prática de rotina de exames para HIV por transfusões de sangue (a única actividade relacionada com o HIV/SIDA actualmente), a qual não está disponível, devido à falta de testes para HIV no inventário. Como se mencionou acima, as transfusões de sangue foram suspensas por quatro dias, incluindo o dia da entrevista como resultado. A farmácia localizada a poucos metros do hospital ofereceu o preservativo “Sensual” Serviços Populacionais Internacional/GoA, comercializada a um custo de 100 kwanza (US \$1.30) por três camisinhas. Pode fazer-se um teste de HIV numa farmácia particular por aproximadamente US \$50.

Vacinação

O programa de vacinação nacional do governo (PAV) fornece vacinas e supervisão através da capital da província, Dundo. O Departamento de Saúde Pública de Cafunfo está a servir como base do Município de Cuango. De acordo com o administrador, o GRA tem fornecido vacinas para a região desde 1978. As ONG e a UNICEF forneceram assistência durante o período de conflito.

Antes de 1992, o GRA fornecia serviços de rotina de vacinação na área, mas em 1992 o programa de vacinação do governo foi interrompido pelo conflito. O Director da Saúde Pública declara ter observado a campanha de vacinação da UNITA em 1992 em Luremo. A campanha talvez tenha incluído todas as vacinas infantis disponíveis. Em 1993 e 1994, pode não ter havido entrega de vacinas devido ao conflito. Em 1995, houve um esforço feito pela UNICEF e UNAV para fornecer vacinas na região. O governo retomou a rotina de vacinação em 1996. Os dias de imunização contra a Pólio são coordenados para o município a partir de Cafunfo através do departamento de saúde pública. É provável que a população de Cafunfo só esteja a receber vacinas de rotina contra imunização para doenças evitáveis no hospital. Grande parte da população provavelmente não está coberta com as vacinas básicas.

Doença hemorrágica

Na época da avaliação, um surto de Ebola foi reportado a 21 km ao norte de Lunda-Norte no DRC. A província de Uige, em Angola, vivenciou um surto devastador da doença de Marburg como resultado de pouca ou nenhuma preparação para casos de doenças hemorrágicas. A administração do hospital relata que os MSF forneceram formação em biosegurança ao pessoal da saúde durante o surto de Cólera. A documentação das formações dos MSF não está disponível, e nenhuma preparação específica foi feita para protecção contra surto de doenças hemorrágicas.

Em Luremo, o posto de saúde emprega três enfermeiras a tempo inteiro, todas formadas em Dundo, Lunda-Norte. Duas delas são formadas em práticas gerais, a outra em primeiros-socorros. Um médico empregado pela empresa de mineração de diamantes local, Luminas, atende pacientes no posto de saúde todas as quartas-feiras das 9 às 12 horas.

Para além do posto de saúde de Luremo, a comuna tem dois outros postos de saúde nas vilas de Maussuco e Cachinga. Esses postos de saúde não estão presentemente a funcionar. O posto de saúde de Luremo consiste num prédio com duas salas de exame de uma cama cada, uma sala de observação com duas camas, uma divisão de armazenamento e uma área de recepção. Água não potável é fornecida para o tanque do posto de saúde pelo caminhão cisterna da empresa. O posto de saúde tem um gerador, cujo combustível é quase todo fornecido pela empresa.

Os medicamentos essenciais são fornecidos somente pelo “kit” do Ministério da Saúde a cada dois meses. O director relata que o “kit” é insuficiente e frequentemente acaba antes de chegar o próximo fornecimento.

HIV/SIDA

A empresa de mineração local Luminas tem fornecido testes de HIV/SIDA aos empregados há três meses, embora o número de testes feitos não tenha sido comunicado. A Luminas faz parte do comité ENDIAMA HIV/SIDA ligado à Estratégia Nacional HIV/SIDA e utiliza material fornecido pela iniciativa HIV/SIDA do governo. Parece que este programa é muito recente na Luminas e nenhuma actividade de HIV/SIDA está a ser implementada no posto de saúde ou na comunidade.

Conclusão 5: Esforços positivos da SDM em relação à consciencialização para o HIV/SIDA não têm sido correspondidos pelo serviço de saúde municipal.

Como parte do grupo Odebrecht, a SDM tem realizado esforços conscientes para promover a consciencialização para o HIV/SIDA em apoio ao programa nacional. Os banners da Odebrecht encontram-se predominantemente nas áreas em torno da área de escritórios das minas em Cuango Sede. Uma situação semelhante foi encontrada na Luminas. Posters do consórcio, incluindo a ENDIAMA, foram encontrados na maior parte dos locais públicos visitados. No entanto, não se encontrou evidência de um nível semelhante de comprometimento em refrear a dispersão de HIV/SIDA no serviço de saúde do município. Portanto, embora os trabalhadores e a comunidade ao redor das empresas estejam expostos a uma consciencialização considerável para HIV/SIDA, é questionável que algo a este nível exista no sector de saúde pública.

Agricultura

Durante a pesquisa, foi testemunhado um desenvolvimento agrícola limitado. Em Luremo, o dono de uma loja local estava envolvido numa cooperativa agrícola de pequena escala que produzia bananas e abacaxis, além da criação de gado. Mas, no geral, a maior parte das pessoas estava envolvida na plantação de subsistência de cassava (mandioca). Uma máquina de moer local estava à disposição da comunidade para processamento simples.



A falta de um maior desenvolvimento agrícola pode ser atribuída a uma série de factores, todos produto da gestão dos recursos de diamantes e das tendências sociais actuais. Fomos informados que durante a era colonial, a DIAMANG, a antiga paraestatal de diamantes, não permitia a agricultura em áreas de produção de diamantes. Ao vez disso, grandes propriedades agrícolas desenvolveram-se noutras regiões para alimentar a população nas zonas de mineração e manter as suas pás fora do solo. Por outro lado, as leis então actuais requeriam consentimento dos proprietários das concessões para trabalhar em áreas restritas. Enquanto os proprietários das concessões são responsáveis por compensar os agricultores por colheitas destruídas através das suas

operações, as evidências sugerem que, com a falta de desenvolvimento agrícola, tal compensação é dificilmente requerida.

Conclusão 6: Actividades económicas de não-mineração existem na região, mas são limitadas.

A lei do diamante protege grandes áreas de terra, restringindo assim o desenvolvimento da agricultura. Também limita a liberdade de movimento de bens e suprimentos. Grandes concentrações populacionais, como em Cafunfo, criam um mercado local para bens e serviços, incluindo produção de alimentos. O alargamento da cobertura de telemóveis na área estimulou a actividade económica local na provisão de materiais relacionados com telefones e de cabines de telefones públicos. A presença das empresas de mineração também impulsiona a produção agrícola local, mas muita da actividade observada encontra-se ao nível de subsistência, reflectindo as oportunidades limitadas de mercado. A falta de oportunidades de subsistência também leva à migração dos jovens, que partem das áreas rurais para os centros urbanos em busca de emprego privando, assim, as áreas rurais da mão-de-obra necessária para a expansão agrícola.

Fundação Brilhante

Fundada em 2004 como o braço social da ENDIAMA, a *Fundação Brilhante* deveria implementar projectos de desenvolvimento cultural e social nas comunidades. No entanto, embora os posters em locais de minas apresentem a fundação como ‘a face social da ENDIAMA’, um vídeo informativo atesta a construção de escolas, clínicas e outros programas sociais, incluindo o fornecimento de leite às escolas. É evidente que os programas em torno de Cuango Sede são os mesmos fornecidos pela SDM. Como a ENDIAMA é uma accionista nas concessões de mineração, não é de surpreender que o seu braço social também reivindique algum mérito por esses programas.

O que não está claro é a presença de um papel independente da fundação. Os concessionários reivindicam que uma actividade limitada tem acontecido, enquanto o Director de Projectos da *Fundação Brilhante* admite ter fundos limitados para a implementação de projectos. Os planos futuros da fundação incluem o desenvolvimento de uma grande propriedade agrícola de arroz em Lunda-Norte, onde os fundos gerados serão usados para a sustentabilidade da fundação.

Conclusão 7: A iniciativa recente para descentralizar alguns dos orçamentos destinados ao desenvolvimento social do município é um passo útil, porém duvidoso, se os fundos reservados terão, por si só, um impacto significativo na comunidade local.

Embora o pessoal municipal demonstre confiança na sua capacidade de entregar serviços, reduções significativas de recursos podem minar essa demanda. É desejável assistência técnica externa, além de formação e assistência fornecidos por outros níveis do Governo de Angola.

Projectos empreendidos por empresas aumentaram a capacidade dos serviços municipais em termos de educação e saúde, mas estas iniciativas acabarão por se tornar responsabilidade da administração local – adicionando uma responsabilidade financeira adicional - ou desaparecerão. Apesar da aparente riqueza de diamantes na região, não há afectação de fundos dos procedimentos voltados para propósitos de desenvolvimento e nenhuma intervenção da *Fundação Brilhante* foi observada no município. É vital que o governo central se envolva na manutenção dos esforços empreendidos pelas empresas de mineração. Sem o apoio central, é improvável que a Autoridade Municipal seja capaz de manter o nível actual dos serviços futuramente, e muito menos aumentar a entrega dos seus serviços.

O Papel da Segurança

A natureza da indústria de diamantes necessita de um elemento de segurança forte para proteger diamantes e propriedade. Na SDM, a propriedade pode ser determinada como pessoal, equipamento e reservas das concessões. Há cinco camadas de segurança evidentes na SDM. No município local, a força da Polícia Nacional é evidente, enquanto um quartel das FAA (Forças Armadas Angolanas) está localizado no portão central da mina. Na mina existem mais três forças de segurança. O Corpo Especial de Fiscalização e Segurança de Diamantes (CSD) faz a vigilância da operação de mineração e processamento dos diamantes em nome do Governo. A empresa, então, retém a empresa de segurança privada Alpha 5,¹⁶ cujo papel é manter a integridade das fronteiras da concessão e os postos de controlo nas estradas que levam à própria concessão. A SDM, então, mantém a sua equipa de segurança interna constituída por pessoal das áreas ao sul da Angola, que residem dentro do acampamento, sem o menor contacto com a comunidade local. Há cinco vãos especiais a cada duas semanas para rotação de pessoal. O sistema é contrário da contratante Alpha 5, cujo pessoal mora dentro da comunidade local e raramente é substituído.

¹⁶ Endiama é um accionista de 30% da Alpha 5

A responsabilidade pela segurança da propriedade da mineradora está, como detalhado na lei, firmemente colocada nas mãos da empresa. Os mineradores ilegais activos dentro das áreas de trabalho da empresa são constantemente apreendidos pela própria segurança da SDM. Frequentemente equipados com equipamento moderno - bombas, equipamento de mergulho, barcos e materiais de dragagem – os mineradores apreendidos ficam com o seu material confiscado e são transportados de volta à comunidade local. Uma amostra de sete dias apresentou uma média de 42 pessoas presas diariamente. Mais de 40% eram não-angolanos, na sua maioria provenientes da RDC. A série de escritórios compradores no município de Cuango, especialmente em Cafunfo, testemunhou que, apesar do nível de apreensões, muitos mineradores ilegais obtiveram sucesso. As estatísticas de produção nacional “não-oficial” também implicam um grau de sucesso económico nas actividades mineiras ilegais.

Conclusão 8: Até outras (ou adicionais) fontes de segurança de propriedade e de pessoal serem fornecidas com confiança, a mineração artesanal legalizada e melhoria dos meios de subsistência que esta possa fornecer são improváveis.

A mineração consistente e lucrativa de diamantes aluviais, tanto a industrial como a artesanal, requer segurança de propriedade e de pessoal eficaz e a um preço acessível. As concessionárias da mineração de diamante industrial bem-capitalizadas são capazes de produzir (ou contratar) serviços de segurança apropriados. Ao abrigo da lei angolana actual, as concessionárias têm que identificar as áreas dentro de sua concessão que são inadequadas para a mineração à escala industrial e abrir estas áreas para a mineração artesanal. No entanto, as concessionárias não o fazem, pois a lei também requer que se responsabilizem por manter a ordem nas áreas abertas para a produção artesanal.

Experimentação com potenciais acordos institucionais para assegurar as actividades de mineração artesanal pelas agências relevantes do Governo (incluindo as autoridades municipais em áreas de produção de diamantes aluviais), concessionárias actuais e doadores são actividades de alta prioridade com pagamentos significativos. Tais esforços devem envolver, de maneira útil, as cooperativas de mineradores artesãos, previstas na lei actual.

Direitos Humanos e Sociedade Civil

Embora a lei da mineração de 1994 tenha confiado a responsabilidade da segurança às concessionárias mineradoras, as operações de segurança nacional tentaram reduzir o nível de operações ilícitas de ‘garimpeiro’, atingindo principalmente os imigrantes ilegais. Em 2004, a ‘Operação Brilhante’ forçou a repatriação de 150.000 a 300.,000¹⁷ imigrantes ilegais das áreas de mineração, com muitos incidentes de alegadas violações dos direitos humanos. A maioria desses repatriados era do Congo; assim, a fronteira com a RDC ao norte de Luremo permanece altamente segura para evitar que regressem. Contudo, um número considerável de Congolese ficou ou regressou, conforme é atestado pelas cifras de apreensões da SDM e pelos autores das entrevistas com Congolese em Cafunfo.

Na verdade, o controlo dentro das áreas das concessões é, por vezes, negligente. A cidade de Muxinda¹⁸ fica na área ao sul da concessão SDM, logo na fronteira com o município de Cuango. Oficiais da SDM informaram os autores que, nos últimos cinco anos, a população cresceu de um pequeno povoado para 100.000, devido à descoberta de diamantes aluviais. Essa área é encarada como economicamente não viável para as actividades de mineração altamente industrializadas da empresa. Assim, a presença do grande número de mineradores ilegais dentro da concessão é tolerada.

¹⁷ Um estudo de 4 reportagens, todos deram cifras variantes – nenhum número oficial foi encontrado

¹⁸ Assuntos de Direitos Humano no município de Cuango e Muxinda são ressaltados por Rafael Marques em seu conto *Lundas – The Stones of Death* 2005

Durante as reuniões iniciais da equipa em Luanda, quatro organizações destacaram o seu trabalho ou trabalho potencial no campo dos Direitos Humanos dentro de Lundas, incluindo formação de formadores na força policial e o estabelecimento de redes de monitores dos direitos humanos. Embora a nossa avaliação do município de Cuango tenha sido curta, evidência limitada de uma sociedade civil organizada foi encontrada. Com excepção de raras reuniões de uma missão avaliadora pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha, nenhuma outra evidência de actividades organizadas por ONG foi encontrada. Nenhum incidente de abusos dos direitos humanos foi testemunhado. Um entrevistado comentou que, desde a mudança de direcção para a policia local, houve redução de incidentes e tensões.

Contudo, talvez a chave para o desenvolvimento no município de Cuango esteja nas percepções públicas. A Dra. Lillian Wong no seu recente discurso¹⁹ descreveu uma suspeita profundamente enraizada e até uma desconfiança de motivos dentro da sociedade angolana, que tem origem numa era mais austera, uma opinião partilhada pelo Conselho de Relações Exteriores²⁰. Numa tentativa de compreender o nível de participação da comunidade no desenvolvimento e implementação de projectos, a equipa perguntou aos membros da comunidade se alguém apresentou as suas opiniões à empresa. Ao obter respostas negativas, a equipa perguntou como tal órgão poderia ser estabelecido. A preocupação expressa foi como alguém, ao representar a comunidade, lidaria com a questão de um pedido que não pudesse ser cumprido. Quando o pessoal da SDM foi questionado quanto à possibilidade de alguma forma de representação estabelecida com a comunidade, forneceram à equipa uma descrição do tipo de pessoa que a empresa seleccionaria.

As características acima implicam um ambiente onde a participação e a liberdade de expressão não são comuns. Esta opinião foi partilhada por algumas ONG em Luanda; motivos pelos quais eles acreditam terem limitado a criação de uma sociedade civil vibrante e também a imposição de uma barreira maior para o futuro desenvolvimento na região.

Conclusão 9: O desenvolvimento Municipal é uma solução parcial para as necessidades sociais e económicas de Cuango.

É desejável reforçar a capacidade da entrega de serviços e a política de desenvolvimento do município de Cuango, porque aumentaria a probabilidade de as actividades de desenvolvimento social da SDM poderem ser sustentadas. O governo municipal pode decidir assumir algumas das actividades de desenvolvimento social actuais da SDM, e é o foro lógico em que o futuro dessas actividades deverá ser discutido, dado o estado ineficaz da sociedade civil local. Uma actividade de Desenvolvimento Municipal da USAID-SDM no município de Cuango, certamente trará melhorias significativas no que toca à capacidade municipal de decidir e dirigir assuntos em andamento, relacionados com a sustentabilidade das actividades de desenvolvimento social da SDM, além de melhorar a capacidade municipal de decidir e entregar serviços públicos locais importantes.

No entanto, o desenvolvimento municipal é uma solução parcial. Parece improvável que certos aspectos da situação actual sejam discutidos por uma actividade de desenvolvimento social típica. Isso inclui a necessidade da segurança de propriedade e de pessoal nas concessões mineradoras que estão potencialmente vão ser abandonadas em breve, e a necessidade de identificar meios de vida alternativos e expandir as oportunidades económicas para uma parcela maior dos residentes do município. Soluções para esses problemas grandes e muito sérios requerem o compromisso de e por uma grande variedade de actores incluindo, em especial, aqueles agentes do GRA responsáveis pela indústria de mineração de diamantes.

¹⁹ Enfoca o Fórum Britânico-Angolano, Londres, 9 de Julho de 2007

²⁰ *Toward An Angola Strategy: Prioritizing US – Angola Relations*: Conselheiro de Relações Exteriores, 2007

USAID e Alianças para o Desenvolvimento Global

A Aliança para o Desenvolvimento Global (GDA) representa um compromisso da USAID em mudar a forma como fornece recursos aos programas em desenvolvimento. Na década de 1970, 70% desse fluxo de recursos vindos dos Estados Unidos para o mundo em desenvolvimento era de assistência ao desenvolvimento oficial e 30% era particular. Hoje, 85% do fluxo de recursos vindos dos Estados Unidos para o mundo em desenvolvimento são particulares, e 15% são públicos. O envolvimento de fundações, corporações e indivíduos, permitiu que a USAID fortalecesse a eficácia geral dos programas através da inclusão de agentes novos e cada vez mais importantes.

Em Angola, uma série de parcerias com corporações internacionais foi estabelecida, as quais têm o potencial de multiplicar a eficácia e alcance dos programas da USAID. Estas parcerias incluem a criação de uma aliança no sector privado contra o HIV/AIDS com a Odebrecht e uma parceria com a Lazare Kaplan International, que tem estendido a sua assistência ao Programa de Desenvolvimento Municipal de Lunda-Norte.

Conclusão 10: A SDM e USAID têm opiniões algo inconsistentes em relação à natureza e âmbito de potenciais actividades conjuntas em Cuango.

Os autores deste estudo tiveram a impressão de que a USAID/Angola e gestão empresarial da SDM não exploraram totalmente a gama de alternativas de actividades que um projecto em conjunto poderia oferecer. A SDM tende a ver as actividades conjuntas como uma limitação para a continuação ou expansão das suas actividades de desenvolvimento social em andamento, com foco explícito em assegurar a sustentabilidade dessas actividades como uma ameaça. Embora a USAID reconheça o interesse da SDM em sustentar as actividades de desenvolvimento social actuais, está preparada para considerar um projecto muito maior. A USAID está particularmente interessada em melhorias na governação do município de Cuango e, talvez, em todo o “sector” de diamantes. A USAID pode também estar interessada em apoiar a melhoria de estratégias para a subsistência dos residentes municipais. Se actividades conjuntas acabarem por ser acordadas será necessária uma atenção particular para um acordo detalhado sobre o âmbito das actividades.

RECOMENDAÇÕES

HISTÓRICO DA MINERAÇÃO DE DIAMANTE

Para qualquer acordo entre a USAID-SDM, a inclusão de uma discussão alargada sobre a mineração de diamantes no sector não-oficial do município de Cuango é necessária. A falta geral de emprego alternativo impulsiona ainda mais o sector não-oficial de diamantes. Esta acção não está somente em cumprir com os Termos de Referência, como também assegurar que ambas as partes de qualquer acordo potencial estejam completamente cientes do efeito da indústria na comunidade. É o impulsionador chave para a economia local e para a caracterização social da área.

O argumento para criar alguma estrutura para a mineração artesanal mantém-se não só numa perspectiva governamental, mas também como modo de aumentar os benefícios locais, para os actuais mineradores ilegais. Como o GRA é accionista de 50% da SDM, é recomendável que o foro de discussão seja ampliado para envolver o governo na avaliação do que é prático e aceitável na região de Lunda-Norte. Estas discussões podem também ordenar que a *Fundação Brilhante* se comprometa com um programa reconhecido pelo município de Cuango.

ACTIVIDADES CONTÍNUAS

A SDM encarregou-se de uma série de actividades que podem ser insustentáveis a ponto de impedir as operações. É recomendável iniciar discussões com as autoridades municipais em Cuango para formular as acções de transferência. Enquanto isso, como actividade inicial, sugere-se o fornecimento de água potável através da provisão de poços profundos nas comunidades e escolas que actualmente contam com água fornecida pela empresa. Estas provisões devam incluir sistemas de gestão de água para assegurar o fornecimento.

A eficácia da aliança do sector privado USAID/Odebrecht para promover a consciencialização para o HIV/SIDA é encarada como sendo muito mais ampla do que a campanha nacional no município de Cuango. Recomenda-se que – com apoio da SDM – o foco desse programa seja ampliado para incluir Cafunfo.

ACTIVIDADES FUTURAS

Qualquer futuro programa, tanto independente como em conjunto, deve considerar uma abordagem ao desenvolvimento sustentável através da inclusão do Governo, Negócios e Comunidades. As actividades de geração de rendimentos empreendidas pela empresa (mesmo que pequenas) são os modelos preferidos para actividades futuras. Já que a geração de rendimentos através da melhoria na agricultura ou pesca é encarada como dependente da disponibilidade e do acesso aos mercados locais. A economia de Cafunfo pode ser usada como um impulsionador de produtos e serviços. Uma análise prévia das oportunidades económicas presentes em Cafunfo é recomendável.

Entretanto, em apoio do perfil mais alargado do Município de Cuango, os autores acreditam que os planos futuros sejam melhorados por meio de mais estudos sobre:

- Identificação das necessidades da comunidade
- O que as comunidades identificam como barreiras ao desenvolvimento
- Um Estudo de Oportunidades de Produção Agrícola

O mencionado acima pode ser coberto através de uma análise profunda dos meios de subsistência do município.

A fraqueza da sociedade civil na região é uma preocupação e as tentativas de envolver organizações locais disponíveis em estudos e diálogos deveria ser considerada.

ESCALA DE TEMPO

O fornecimento inicial de água e recomendações de estudos serão, por natureza, exercícios a curto prazo, potencialmente dentro de um ano. Prevemos que qualquer acordo futuro apresentará objectivos a Médio e Longo Prazo – objetivos que podem exceder a vida das actividades de mineração da SDM no município de Cuango. A SDM está activa na prospecção de outras áreas de mineração. Recomenda-se que a sua empresa mãe Odebrecht também se envolva como uma das partes de qualquer acordo que possa dar continuidade, numa base de longo prazo, ao desenvolvimento de novas áreas de mineração.

NOTAS FINAIS

Os autores gostariam de agradecer o apoio e hospitalidade da administração e pessoal do SDM, tanto em Luanda como em Luzamba, USAID, e dos membros do Governo da República da Angola, cujos comentários ajudaram a dar forma a este relatório.

Também estamos gratos aos inúmeros contribuintes, que através de reuniões formais e informais em Luanda e ao redor do município de Cuango, propiciaram uma melhor compreensão da situação actual e que, por vários motivos, permanecem anónimos.

ANEXO 1: ÂMBITO DO TRABALHO

Objectivo da Avaliação

Esta avaliação de viabilidade e diagnóstico constitui uma base para ambas as partes examinarem o potencial para actividades conjuntas em direcção ao desenvolvimento do município. Deverá permitir à USAID e à SDM avaliar realisticamente as perspectivas para e o caminho a ser seguido para uma parceira de longo prazo, capaz de contribuir para a melhoria rápida das actividades para o desenvolvimento social no município de Cuango. Esta avaliação deverá identificar actividades específicas para melhorar o desenvolvimento económico, bem-estar do cidadão e uma governação sub-nacional do município de Cuango a médio- prazo - (3 anos ou menos) e a longo-prazo (mais que 5 anos) e sugere termos e mecanismos de parceria para aumentar as perspectivas de sucesso.

Âmbito do Trabalho

A Avaliação de Desenvolvimento de Cuango tem a intenção de realizar o seguinte:

- Reunir, sintetizar e relatar informação de conteúdos legais e institucionais que regulam a indústria do diamante angolana e práticas operacionais relacionadas que dizem respeito aos cidadãos e trabalhadores transitórios residentes no município de Cuango.
- Recolher, analisar e relatar informação do exame de uma secção alargada da comunidade local no que diz respeito às actividades, sentimentos, opiniões, aspirações, conhecimento dos direitos e responsabilidades, e práticas associadas à dinâmica da mineração na região de Cuango.
- Avaliação dos projectos de responsabilidade social empresariais empreendidos pela SDM no município de Cuango.
- A avaliação irá examinar:
 - Os reais benefícios dos Acordos legais e institucionais, bem como os incentivos económicos estabelecidos pelo governo e se estes estão a servir os seus propósitos. Estas medidas incluiriam licenciamento, colecta de receitas e outros sistemas regulatórios aplicáveis aos mineradores e aos operadores no sector informal.
 - Em que grau e de que forma o anti-roubo e outras leis de reforço das medidas relacionadas com os diamantes estão a funcionar.
 - Percepções dos residentes e das autoridades públicas e particulares relativamente à eficácia e adequação do cumprimento da lei e medidas de segurança para combater o roubo ilegal.
 - Direitos de uso de terra e potencial para agricultura e outros esforços económicos de não-mineração.
 - O que as comunidades identificam como barreiras principais ao desenvolvimento da comunidade.
 - Capacidade de oferta de serviços do governo local actual e potencial para aumentar a receita gerada localmente com objectivos de desenvolvimento social.
 - Eficácia dos programas de desenvolvimento da comunidade patrocinados pelo sector privado com ênfase nos esforços de responsabilidade empresarial da SDM.
 - Esforços existentes para deter a expansão do HIV/SIDA nas forças de trabalho do sector formal e informal.